

**ESTADO DE MINAS GERAIS****INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS****URFBio Mata - Núcleo de Regularização e Controle Ambiental****AUTORIZAÇÃO****AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL****Nº DO DOCUMENTO: 2100.01.0033421/2020-39**

O Supervisor Regional da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade **Mata**, no uso de suas atribuições, com base no inciso I do parágrafo único do art. 38 do Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020, concede ao requerente abaixo relacionado a **AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL** em conformidade com normas ambientais vigentes. Certificado emitido eletronicamente.

TIPO DE REQUERIMENTO DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL	NÚMERO DO DOCUMENTO	UNIDADE DO SISEMA RESPONSÁVEL PELO PROCESSO
Intervenção Ambiental SEM AAF	2100.01.0033421/2020-39	NUCLEO VIÇOSA
<b>1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL</b>		
Nome: JACINTO JÚNIOR BARBOSA SARAIVA - ME		CPF/CNPJ: 13.914.141/0001-61
Endereço: Rua Tiradentes, nº 39		Bairro: Centro
Município: PORTO FIRME	UF: MG	CEP: 36.576-000
<b>2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL</b>		
Nome: LUIZ SAVIO DIOGO NOGUEIRA		CPF/CNPJ: 043.606.927-06
Endereço: Rua São José, nº 31		Bairro: Centro
Município: PRESIDENTE BERNARDES	UF: MG	CEP: 36.475-000

<b>3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL</b>				
Denominação: Mato Dentro			Área Total (ha): 8,3435	
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): 8864 Livro:2 Comarca: PRESIDENTE BERNARDES			Município/UF: PRESIDENTE BERNARDES/MG	
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3153103-FE94.04F0.A772.4869.872D.BBE2.2C14.0406				
<b>4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL AUTORIZADA</b>				
Tipo de Intervenção			Quantidade	Un
Intervenção em APP SEM supressão de vegetação nativa			0,2788	ha
<b>5. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA</b>				
Uso a ser dado à área		Especificação	Área (ha)	
Mineração		Extração de areia e cascalho	0,2788	
<b>6. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA(S) ÁREA(S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL</b>				
Bioma/Transição entre Biomas	Área (ha)	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional, quando couber	Área (ha)
Total:			Total:	
<b>7. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO</b>				
Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade	
<b>8. RESPONSÁVEL (is) PELO PARECER TÉCNICO (nome e MASP) E DATA DA VISTORIA</b>				
ANTÔNIO MÁRCIO CARDOSO DA CRUZ - MASP: 10212678 MARTINHO CABRAL PAES - MASP: 1075846-4 Data da Vistoria: 16/10/2021				
<b>9. VALIDADE</b>				
Data de Emissão: 27/01/2021		Observações: <b>ESTE DOCUMENTO SÓ É VÁLIDO QUANDO ACOMPANHADO DA PLANTA TOPOGRÁFICA OU CROQUI DA PROPRIEDADE CONTENDO A LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO, DA</b>		
Validade: 3 (três) anos				
<u>OU</u> De acordo com a Deliberação Normativa COPAM nº 217/2017 esta autorização só produzirá				

efeitos de posse do Licenciamento Ambiental Simplificado – LAS e sua validade será definida conforme a licença ambiental.

### **RESERVA LEGAL E APP.**

## **10. COORDENADA PLANA DA ÁREA AUTORIZADA**

Tipo de intervenção		Datum	Fuso	Coordenada Planta (UTM)	
				X	Y
Intervenção em APP SEM supressão de vegetação nativa		SIRGAS 2000	23K	697.586	7.703.172

## **11. MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS (se necessário utilizar folha anexa)**

### **MEDIDAS MITIGADORAS:**

1- Manutenção dos equipamentos de extração periodicamente, devendo ser instalada bandeja receptora para evitar eventuais vazamentos e descarte de óleos e graxas no corpo d'água. Prazo: Antes do início da atividade de extração de areia.

2- Promover a drenagem de efluentes líquidos resultante das paliçadas de madeira, em duas caixas/bacias de decantação de sólidos que deverão ser construídas em alvenaria.. Prazo: Antes do início da atividade de extração de areia

3- Disposição adequada de resíduos sólidos provenientes de atividades humanas (lixo orgânico, papéis, plásticos, etc.). Prazo: Durante a atividade de extração de areia.

4- Tomar os devidos cuidados com a ponta da lança da draga, pois deverá sempre ser direcionada para a calha central do rio em distância que não coloque em risco a integridade do talude do rio, evitando assim seu desmoronamento. Prazo: Durante a atividade de extração de areia.

5- Construção de duas paliçadas de madeira, com manutenção periódica das mesmas. Prazo: Antes do início da atividade de extração de areia. Ao encerrar suas atividades o empreendedor deverá apresentar um PRAD/PTRF para fins da recuperação da área de preservação permanente.

Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental: Apresentar relatório técnico descritivo com anexo fotográfico após a implantação do Projeto Técnico de Reconstituição da Flora (PTRF), ao NAR de Viçosa/MG, indicando a situação do plantio, as espécies e número de mudas plantadas, tratamentos silviculturais adotados e demais informações pertinentes, com respectiva ART. Prazo: Anualmente, após a emissão do Documento Autorizativo de Intervenção Ambiental - DAIA, por um período de 05 anos.

Medida compensatória: Promover o isolamento através do cercamento e a recomposição de uma área de preservação permanente (APP), margem de curso d'água, localizada na mesma propriedade da intervenção, abrangendo uma área de 0,5576 ha de Página: 4 de 7 compensação florestal, divididas em 02 áreas distintas (0,5370 ha e 0,0206 ha respectivamente), conforme especificado no PTRF-Projeto Técnico de Reconstituição da Flora e levantamento planimétrico apresentado. Prazo: Conforme especificado no cronograma de execução física do PTRF.

## **12. OBSERVAÇÃO**

***Esta autorização não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças ou autorizações, de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.***

***Declaro estar ciente das obrigações assumidas através deste documento e declaro ainda ter conhecimento de que a não comprovação do uso alternativo do solo no curso do ano agrícola acarretará no pagamento de multa e implementação de medidas mitigadoras ou compensatórias de reparação ambiental, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.***



Documento assinado eletronicamente por **Laio Verbena Sathler, Servidor**, em 29/01/2021, às 11:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **24727894** e o código CRC **CE6CA59B**.